

# INICIAÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA NO CURRÍCULO DO 2.º GRAU

ARMINDO GUEDES DA SILVA\*

A maior vulnerabilidade da democracia clássica foi não haver percebido que esse regime só se constrói com educação e cultura política, porque a democracia pressupõe a existência de cidadãos que serão seus construtores. Outra grande vulnerabilidade da democracia clássica é seu caráter essencialmente individualista, por considerar os indivíduos como titulares isolados de direitos políticos e sem deveres correlatos, ao mesmo tempo que não reconhece nenhum grupo intermediário entre o Estado e os indivíduos. Vivendo em clima dessa ordem, as pessoas não têm condições intelectuais e políticas de obter conquistas sociais.

Desiludidos com os insucessos da democracia clássica, surgiram seus opositores, conseguindo implantar em diversos países regimes contrários à democracia, entre os quais, cita-se o mais recente, a social-democracia, com suas variantes cuja estrutura política até hoje seus adeptos não conseguiram definir. Seria esse o regime político que, assumindo compromissos democráticos, teria condições de promover as verdadeiras reformas sociais, afirmam seus defensores.

Outra corrente de escritores e de interessados nos destinos políticos das nações tem preferido ajustar a democracia à realidade de nosso tempo. Propõe uma *democracia participante*.

Como os idealizadores da democracia clássica ou formal, os defensores da democracia participante incorrem no mesmo erro grave anterior porque não adotam a educação e a cultura política como pressupostos essenciais a essa nova forma de democracia. Nos países onde a democracia clássica já foi implantada, a *participação associativa* dos cidadãos tem conseguido alguns resultados positivos sem o funcionamento, nas escolas e na sociedade, de um moderno sistema de aprendizagem política e de difusão cultural política, graças ao grau de desenvolvimento político do povo.

No Brasil já se verifica bastante interesse de certo número de elementos das diversas classes sociais em participar. Como muitas outras palavras do universo vocabular português, *participação* já se tornou uma palavra mágica para uma parcela da sociedade. Para os brasileiros, qualquer ação coletiva significa participação. E será ela meio hábil e idôneo para resolver quase todos os problemas políticos e sociais do povo.

A crença na participação é ilimitada para muitos brasileiros. Enquanto isso, poucos pensam como o provector Prof. Eugênio Gudín que, aos 89 anos de idade, afirmava: "No Brasil, não há educação e cultura suficientes para fazer a democracia funcionar."<sup>1</sup>

No momento em que os estudantes brasileiros reconquistaram o direito inalienável de se expressar, manifestar seus anseios e suas aspirações, constitui dever

\* Professor universitário.

<sup>1</sup> Ver jornal *O Globo*, 12 jul. 1985.

da universidade e das escolas ministrarem conhecimentos políticos a todos eles a fim de prepará-los para exercer uma participação consciente e responsável. A tarefa parece-me *prioritária e urgente*.

Impõe-se que sejam definidas, doutrinariamente, quais são as formas de participação e em quais níveis os cidadãos poderão participar, de acordo com seus conhecimentos políticos. Afigura-se-me impossível preparar cidadãos com a mesma qualificação política para participarem em todos os níveis da sociedade.

Sem que os estudantes brasileiros saibam o que é ciência política e para que serve, qual seu campo de aplicação; aprendem a distinguir a sociedade política da sociedade civil e esta da comunidade; saibam o que é poder político e qual sua importância; aprendam o moderno conceito de Nação e Estado, e a distinguir governo e administração; conheçam as fontes do poder político; aprendam as formas de investiduras dos governantes e algumas formas de estruturação do poder político, especialmente a democracia; esta continuará formal e a participação política não existirá como tal.

Em continuação à idéia central que venho defendendo há 15 anos — formar gerações de cidadãos —, renovo aqui uma proposta que já fiz ao Governo: instituir o ensino de *ciência política aplicada* nos 2.º e 3.º graus.

A fim de que a experiência a ser tentada, caso a proposta venha a ser aceita, seja vitoriosa, seria prudente iniciá-la apenas no 2.º grau, em substituição à disciplina *organização social e política brasileira* (OSPB), que vem sendo ensinada aos estudantes sem qualquer aproveitamento efetivo na parte referente à temática política cujo programa carece de qualquer sistematização e do mínimo conteúdo científico e experimental. Aliás, o programa de *organização política brasileira* contém mais temas de direito do que de política.

O ensino de OSPB não tem conseguido formar o cidadão brasileiro. Atualmente, talvez mais do que em outras épocas, o Brasil precisa enfrentar urgentemente esse problema na área do ensino público e particular. Formar o cidadão significa transmitir ao estudante secundarista, sobretudo, formação política para que ele possa se capacitar a participar de forma associativa, adotando opções políticas conscientes e lúcidas, fundadas nos conhecimentos da ciência política aplicada e dos problemas políticos, sociais e administrativos. Para o aluno, adquirir conhecimentos suficientes acerca das instituições políticas brasileiras, da estrutura governamental, da cena política e da complexa máquina administrativa, torna-se indispensável receber essa formação política.

O primeiro passo a ser dado visando realizar a mudança sugerida será escrever livro didático de *ciência política*. Como proposta a ser examinada e debatida pelos educadores brasileiros, apresento o programa que se transcreve a seguir.

### *Programa de iniciação à ciência política*

1. Ciência política. Conceito. Seu campo de aplicação.
2. Origem da sociedade. Sociedade política e sociedade civil. Comunidade.
3. Poder político. Conceito. Origem e formação. Importância do poder político. Classificação do poder político.
4. Nação e Estado. Seus elementos. Governo e administração.

5. Organização do Estado. Órgãos do Estado. Sua constituição e sua classificação  
O Estado brasileiro. Organização.
6. Fontes do poder político. A investidura dos governantes. Regime representativo e partidos políticos.
7. Algumas formas de estruturação do poder político. Democracia.
8. Estado de direito. Constituinte e Constituição.
9. Opinião pública e propaganda política.

Publicados os livros de *ciência política* destinados aos estudantes de 2.º grau, será aconselhável o Ministério da Educação instituir um programa de formação de professores para ensinarem a nova disciplina. Enquanto não forem realizadas essas duas tarefas, as escolas não terão condições de implantar o ensino de *iniciação à ciência política*. Fácil é compreender que não se pode incluir uma nova disciplina nos programas de ensino, sem antes preparar os professores para se incumbirem de ministrá-la.

